

Uma relação complexa com o novo Congresso

Econ-Brasil

por José Casado
de São Paulo

A 96 horas, a partir desta segunda-feira, da posse do novo Congresso Nacional (um conjunto de 503 deputados e 81 senadores de perfil conservador, mas com franca tendência parlamentarista), o presidente Fernando Collor de Mello enfrenta a mais grave crise política de seus dez meses de governo.

A inflação de janeiro — estimada em torno de 20% —, a ser divulgada na próxima quinta-feira, cristaliza o impasse, sinaliza uma etapa de declínio no prestígio popular do presidente e prenuncia uma relação muito complexa com um Congresso onde 62% dos integrantes foram renovados e cada parlamentar terá poderes constituintes.

Collor tem um problema real: a taxa inflacionária de janeiro é cinco vezes maior que a registrada trinta dias depois da sua posse e a projetada para fevereiro é maior ainda; acontece que, como tem repetido a ministra Zélia Cardoso de Mello, da Economia, as margens de manobra do governo na política econômico-monetária estão exauridas, só restando "mantê-la e esperar os resultados".

Para sustentar essa política, cujos detalhes foram

milimetricamente discutidos e aprovados por Collor na perspectiva da sua "obsessão" — como não se cansa de repetir ao falar da queda da inflação —, o governo depende de um entendimento com o atual Congresso, até quinta-feira, sobre a política de salários.

Ou seja, precisa de um acordo político emergencial sobre o tamanho das perdas dos assalariados no curíssimo prazo, no âmbito do seu programa de combate à inflação.

Sem o acerto, o que pode ser definido amanhã, em Brasília, Collor deve ganhar algumas semanas de vantagem. O suficiente para editar uma nova medida provisória arbitrando essa perda.

Mas, a partir do final desta semana, o plenário do Congresso será outro: E tudo o que é novo "tem sempre algo de imponderável", lembra o deputado Gastone Righi, reeleito, líder do PTB, constante aliado do governo.

A componente de imprevisibilidade é o eventual comportamento dos novos congressistas, logo nos seus primeiros dias de trabalho efetivo — a segunda quinzena de fevereiro —, diante de uma decisão crucial para a manutenção

(Continua na página 3)

6 con. Onaril

28 JAN 1991

MUITOS
SERVIR

POLÍTICA ECONÔMICA

GAZETA MERCANTIL

Uma relação complexa ...

por José Casado
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

da atual política econômica (uma nova medida provisória sobre salários). Isso em uma conjuntura de inflação ascendente, perda substancial do poder de compra do salário real, desemprego aumentando e recessão aprofundando-se.

Aparentemente, Collor dispõe de maioria no novo Congresso, porém, ela ainda não foi realmente testada. Mais: o presidente está-se empenhando num esforço de entendimento com os novos congressistas por intermédio dos futuros governadores estaduais.

Ocorre que os governadores eleitos só tomam posse na segunda quinzena de março e nada indica que sua ascendência sobre as bancadas será completa. A Constituinte de 1988 mostrou que esse tipo de influência no plenário pode ser limitado.

A procura de uma saída para o impasse político em que o governo está metido — a inflação seria apenas sua expressão matemática —, o presidente insiste na alternativa que lhe parece mais promissora, a da negociação com os novos governadores.

E uma importante mudança de rota, na tentativa de romper o isolamento em



César Maia

que se encontra. Nesta segunda-feira, por exemplo, ele dá seqüência aos encontros no Palácio do Planalto, recebendo Alceu Collares (Rio Grande do Sul), Ciro Gomes (Ceará) e Edison Lobão (Maranhão). Na campanha do ano passado, Collor trabalhou contra os três, nos bastidores ser limitado.

Nessas reuniões, mais do que uma troca de promessas de mútuo apoio, Collor tem ouvido críticas. Todas convergindo para a política econômica, em tons diferenciados.

Por exemplo: na conversa com o governador eleito de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho, há uma semana, Collor falou sobre a

necessidade de um rápido entendimento político para vencer a inflação; Fleury concordou, mas retrucou: "A política econômica precisa de ajustes para evitar o agravamento da recessão".

Mais incisivo foi o governador eleito da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, que há sessenta dias sugere mudar até mesmo a equipe de Collor na área econômica — de forma explícita, a ministra Zélia Cardoso de Mello, da Economia, e o ministro Ozires Silva, da Infra-Estrutura.

A saída do gabinete de Collor, na semana passada, quando perguntado se havia repetido suas críticas e propostas ao presidente da República, Magalhães respondeu, lacônico, com um sorriso: "O ministro (da Infra-Estrutura) até eu defendi; acabei de dizer que ele está num ministério que tem de gastar e, se ele não tem dinheiro, não pode ser bom nem mau".

Por mais paradoxal que possa parecer, foi na oposição que surgiu o primeiro defensor intransigente da continuidade da equipe econômica, no âmbito do Congresso.

O deputado César Maia (PDT-RJ, reeleito) gastou as últimas quarta, quinta e sexta-feiras empenhado na articulação da aprovação da proposta governamen-

tal para a nova política de salários. Seu principal argumento, repetido com insistência em todas as reuniões de parlamentares a que compareceu: a derrota do governo pode pôr em risco a equipe econômica.

Acrescentava, sempre: "Ela (a ministra), com todos os seus defeitos, é muito melhor para o trabalhador do que aqueles que a pretendem substituir".

Existe a possibilidade de que o deputado esteja avaliando de forma errada a solidez política da ministra da Economia, há muito a principal assessora de Collor.

As relações do presidente com a ministra, desde a campanha eleitoral, têm como base um grau de confiança mútua incomum. Isso permitiu a Zélia, por exemplo, colocar-se na posição de "moeda de negociação" sempre que Collor se via em situações políticas muito complexas, especialmente na fase de formação do governo.

Em todas as ocasiões, porém, ela saiu-se vencedora. Da última vez, ganhou um ministério e um poder formal sem precedentes para ocupantes de cargos similares.

Isso para fazer exatamente aquilo que Collor sempre anuncia como sua "obsessão": vencer a inflação.